



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



PROJETO DE LEI N° 206 /99
(Do Dep. Robson Dutra)

Autoriza o Poder Executivo criar a Delegacia do Idoso, no âmbito do Estado, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa, decreta:

- Art. 1°. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a proceder a criação da "Delegacia do Idoso", no âmbito do Estado da Paraíba.
- Art. 2°. A Delegacia do Idoso prestará atendimento as pessoas idosas, vítimas de crimes de toda espécie.
- Art. 3°. O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua publicação.
- Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA.

A proposta justifica-se porque objetiva criar a delegacia do idoso para que o atendimento as pessoas idosas sejam priorizados, elucidando-se com presteza os crimes de toda espécie, em que sejam vítimas os idosos, através da criação desta delegacia especializada.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1999

ROBSON DUTRA
Deputado Estadual



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA



SECRETARIA LEGISLATIVA

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LESGISLATIVA DAS MATÉRIAS SUJEITAS À APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Sessão /1999 nário
Assistência slativo 999.
egislativo
anutado
eputado
0
soria de itura ento (s)
e



Assembléia Legislativa Casa de Epitácio Pessoa COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 206/99

Autoriza o Poder Executivo Criar a Delegacia do Idoso, no âmbito do Estado, e dá outras providências.

AUTOR: Dep. ROBSON DUTRA

RELATOR: Dep. CARLOS MANGUEIRA

PARECER

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para análise e parecer, o Projeto de Lei Nº 206/99, de autoria do nobre Deputado ROBSON DUTRA, que autoriza o Poder Executivo criar a Delegacia do Idoso, no âmbito do Estado e dá outras providências.

É o relatório

II - VOTO DO RELATOR

A proposta justifica-se porque objetiva criar a delegacia do idoso para que o atendimento as pessoas idosas sejam priorizados, elucidando-se com presteza os crimes de toda espécie, em que sejam vítimas os idosos, através da criação desta delegacia especializada.

Destarte é importante esclarecer que o ilustre parlamentar, não levou em consideração alguns óbices constitucionais que inviabiliza o encaminhamento da proposta.

O projeto em tela disciplina atribuição a Secretaria de Segurança Pública, é mister esclarecer que existe um erro formal de iniciativa, pois o Projeto em tela é de competência exclusiva do Poder Executivo, como dispõe a Carta Magna Estadual, em seu Artigo 63°, § 1°, II, alínea "e".

. " in verbis".



Estado da Paraiba

Assembléia Legislativa

Casa de Epitácio Pessoa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

	. 63	
§ 1°	***************************************	************
П	***************************************	

(e) criação, estruturação e atribuições da Secretaria e Órgãos da Administração Pública."

Diante do exposto voto pela **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei, n.º 206 /99, por erro formal de iniciativa.

É o voto

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1999.

Dep. CARLOS MANGUEIRA
RELATOR

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, pela **inconstitucionalidade**, do Projeto de Lei Nº 206/99, na sua integra.

É o parecer.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1999.

Dep. VITAL FILHO PRESIDENTE

Dep. ZENÓBIO TOSCANO MEMBRO

Dep. LUIZ COUTO MEMBRO

Dep. JOÃO PAULO MEMBRO

Dep. OLENKA MARANHÃO MEMBRO

Dep. JOÃO FERNANDES MEMBRO

Dep. CARLOS MANGUEIRA MEMBRO/ RELATOR





ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

DESPACHO

Projeto de Lei Autorizativo.

Projeto de Lei Ordinária Nº 206/99

Autor: DEPUTADO ROBSON DUTRA - Autoriza o Poder Executivo criar a Delegacia do Idoso, no âmbito do Estado, e dá outras providências.

Arquive-se:

Inteligência do art. 1º da Decisão Colegiada nº 001/2000, publicado no D.P.L. do dia 27/03/2000.

Em 28/3/2000

DEP. VITAL FILHO PRESIDENTE

Comissão de Constituição, Justiça e Redação